

ACTA NÚMERO NOVE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Aos trinta dias do mês de Junho de dois mil e onze, pelas dez horas, reuniu, em sessão ordinária no Salão Nobre dos Paços do Concelho, o plenário da Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

I Período Antes da Ordem do Dia;

II Ordem do Dia:

- 1 -Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da actividade do Município e Situação Financeira do mesmo, a que se refere a alínea e), do nº 1, do artigo 53º e nº 4, do artigo 68º da Lei nº 169/99 de 18/09, alterada pela Lei nº 5-A/2002 de 11/1;
- 2 – Discussão e Votação da Modificação às Grandes Opções do Plano – GOP (PPI e AMR) e Orçamento de 2011 – 3ª Revisão;
- 3 - Consolidação das contas da Câmara;
- 4 – Comemorações do Feriado Municipal – Atribuição de Medalhas Honoríficas;

III – Período de intervenção destinado ao público, nos termos do artigo 19º, do Regimento da Assembleia Municipal.

Deu-se início à sessão com a verificação das presenças, tendo sido anotadas as ausências dos senhores : Luís Chasqueira Nabais, Ângela Patrícia C. de Carvalho R. Fernandes, Arnaldo Monteiro da Silva Araújo, José Monteiro Vaz, Jorge Manuel Pires Matias, Manuel Alcino Lopes Fernandes e, ainda, Joana Celeste Dias Alexandre, Maria Margarida R.M.O.S Rodrigues, Francisco Alexandre Tomás Afonso e Manuela Maria Sousa Soares, que apresentaram justificação.

Seguiu-se a apreciação da acta. O senhor António José Lourenço Correia Saraiva pediu a palavra para insistir no assunto do tarifário da água, o qual já fora devidamente esclarecido na sessão anterior; voltou a ler a recomendação da ERSAAR, sobre a qual fez uma interpretação pessoal e acusou o Executivo de estar a incorrer no crime de incumprimento da lei. O senhor Presidente da Câmara, dado o carácter de gravidade das acusações, pediu à Assembleia que o assunto do tarifário e informação da ERSAAR fosse integrado, para discussão, na Ordem do Dia como o ponto número 5. A Acta foi aprovada com quatro abstenções, justificadas pela ausência na sessão anterior

O senhor Presidente da Mesa disponibilizou as actas das reuniões do Executivo desde a última Assembleia.

Para o Período Antes da Ordem do Dia inscreveram-se os senhores Aristides Valente Sampaio Rodrigues, Henrique Vilhena Pereira da Silva, Vitor Alcobia Ramos,

José Monteiro Escaleira, José Guilherme da Silva Abranches, Domingos Lopes Cerqueira e Amílcar José da Costa Abrantes.

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Almeida perguntou qual o motivo que levou a que as piscinas fechem em Julho, contrariamente ao habitual, e se é verdade que não abrem no próximo ano. Pediu informação sobre se, este ano, vai haver comemorações do Cerco de Almeida e se mantêm a mesma qualidade das anteriores. Chamou a atenção para a necessidade de mandar colocar os monumentos, que estão espalhados pelas muralhas, nos locais a que estão destinados. Voltou a perguntar para quando a limpeza do fosso do castelo. O senhor Doutor Henrique Vilhena alertou para as falhas de recolha do lixo na semana do feriado do 10 de Junho o que impediu que, no fim de semana, se procedesse à sua reciclagem. O senhor José Monteiro Escaleira disse saber que o documento do PROT-C Já foi aprovado e perguntou se as alterações propostas pelo grupo de trabalho desta Assembleia foram aceites. Leu, no Diário da República, que o alvará da exploração da mini-hídrica do Côa já caducou e perguntou se a Câmara estará interessada em recuperá-lo e criar, naquele espaço, um núcleo museológico.

A denúncia de que as placas indicadoras das localidades desaparecem com frequência, foi feita pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Leomil, que pediu a colocação de outras. Por sua vez o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Ade chamou a atenção para a falta de médicos em Vilar Formoso e de outros problemas da área da Saúde como, por exemplo, a extinção do posto do Monteperobolso, que veio prejudicar todas as pessoas de Além – Côa, alertando para as dificuldades de deslocação das pessoas idosas à sede do concelho; aproveitou para pedir a intervenção da Câmara, juntamente com as Juntas de Freguesia, no sentido de resolver este problema. Perguntou, depois, qual o ponto da situação da E.N. 16 até à Ribeira da Cabras. O senhor Amílcar José da Costa Abrantes perguntou se a dívida com a empresa "Águas do Zêzere e Côa" foi renegociada. Expôs alguns problemas relacionados com as obras a decorrer na estrada Miuzela – Porto de Ovelha, que vão desde a alteração dos locais de entrada para alguns prédios até ao recuo dos muros, o que leva ao arranque de um muito maior número de videiras do que as inicialmente previstas. Pediu, mesmo, que os técnicos da Câmara fizessem uma vistoria, pois não é a mesma coisa arrancar dez videiras ou quinhentas e o valor das indemnizações não pode ser o acordado. Propôs que a Assembleia se pronunciasse acerca do problema levantado pelo senhor presidente da Junta da Ade sobre o posto médico.

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia sugeriu que o este assunto passasse a ponto 6 da Ordem do Dia com o título " Extensão de Saúde do Monteperobolso" , proposta aceite por unanimidade.

O senhor Presidente da Câmara pediu a palavra para responder às diferentes intervenções e começou por esclarecer o senhor Presidente da Junta de Almeida sobre as piscinas, assumindo que disse à comunicação social que foi um erro a construção das duas cobertas no concelho, mas na altura previa-se um aumento da população e o que se verificou foi a sua diminuição. A situação está a tornar-se insustentável, mas continuarão abertas. O Executivo está a pensar construir piscinas de ar livre. Assim, estas, funcionarão durante seis meses e no inverno estarão abertas as cobertas. Sobre as comemorações do Cerco disse que vão ter o mesmo figurino dos anos anteriores. Quanto às esculturas algumas vão ser colocadas nos locais respectivos, mas outras ainda não. Registou o problema da recolha do lixo, levantado pelo senhor doutor Henrique Vilhena. Ao senhor José Monteiro Escaleira disse que não pôde estar presente na reunião do Conselho Regional onde se discutiu o documento do PROT-C, mas leu as declarações do dr. Álvaro Amado e sabe que aquele foi aprovado com dois votos contra e quatro abstenções. Acrescentou que, se tivesse estado presente teria votado contra. Disse desconhecer a caducidade do alvará da mini – hídrica, mas informou que há uma sociedade, que foi constituída para fazer uma no Moinho das Lajes, que ainda não foi anulada e, nesse caso, há hipótese de o recuperar. Em relação à EN 16, pediu já ao senhor Secretário de Estado um *forcing* para se concluírem os 8 km que faltam, pois seria uma alternativa às portagens. Registou a falta de placas e vai alertar as Estradas de Portugal para proceder à sua recolocação. No que se refere à “ Águas do Zêzere e Côa” e em resposta à intervenção do senhor Amilcar José da Costa Abrantes disse que o Executivo Camarário decidiu, por unanimidade, suspender o pagamento do saneamento; informou que, além da acção movida pelo conjunto dos municípios, com efeitos retroactivos a Janeiro de dois mil e onze, a Câmara de Almeida moveu uma outra, porque contesta, também, os valores de dois mil e nove e dois mil e dez. Houve uma reunião com o Conselho de Administração que disse aceitar esta posição do Executivo. Finalmente, sobre a estrada Miuzela – Porto de Ovelha esclareceu que foi nomeado um perito, que é isento, para avaliar os terrenos e ver da necessidade de se proceder às necessárias rectificações e acrescentou que é natural que haja alterações a fazer. Também será avaliada a diferença entre o número de videiras que estava previsto serem arrancadas e as que, na verdade, o serão.

II – Ordem do Dia

Ponto 1 – -Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da actividade do Município e Situação Financeira do mesmo, a que se refere a alínea e), do nº 1, do artigo 53º e nº 4, do artigo 68º da Lei nº 169/99 de 18/09, alterada pela Lei nº 5-A/2002 de 11/1;

O senhor Presidente do Executivo fez a introdução do documento referente às actividades e à situação financeira do município e lamentou a impossibilidade de fazer um acto de gestão normal, em parte porque a dívida que o estado tem para com a Câmara não lhe é paga.

Ponto 2- – Discussão e Votação da Modificação às Grandes Opções do Plano – GOP (PPI e AMR) e Orçamento de 2011 – 3ª Revisão

Depois de expor as situações que são novas e de dar uma explicação sobre o documento, o senhor Presidente comunicou que a Câmara, juntamente com outros municípios da região, arrendou uma loja na Plaza Mayor, em Salamanca, para publicitar o Concelho e a Região. O projecto foi feito por um arquiteto da câmara e quer abri-la no mês de Julho. Disse que o Município de Almeida já usufruiu em cerca de um milhão de euros pelo facto de ser o décimo terceiro em execução, na Região Centro. Assim, arrisca, e recorrendo à Bolsa de Mérito Regional, vai lançar a obra de recuperação das ruas que ainda não foram intervencionadas, em Vilar Formoso e pensa candidatar, também, o Quartel das Esquadras.

A senhora D. Maria Clarinda Moreira pediu a palavra para dizer não ter encontrado, no documento, nenhuma referência à loja de Salamanca, mas o senhor Presidente respondeu que estava implícito numa alusão da página três.

O Senhor António Júlio Patrício felicitou o Presidente do Executivo pela iniciativa de abrir a loja em Salamanca e pela execução financeira, considerando que há um equilíbrio entre as propostas e a execução, já que esta atingiu os setenta por cento. Disse esperar que, com este governo, se consigam mais e melhores condições para o nosso concelho, salientando o desejo de concretização do nó de ligação da A25 a Vilar Formoso.

O senhor Presidente da Junta da Ade mostrou a sua insatisfação pelo facto de só ter feito referência à pavimentação das ruas de Vilar Formoso e à estrada Miuzela – Porto de Ovelha e perguntou para quando a construção da estrada de ligação Ade – Pailobo – Miuzela, ao que o senhor Presidente do Município respondeu que, se tivesse dinheiro, essa obra já estava feita; esclareceu que a estrada Miuzela – Porto de Ovelha era necessária para terminar a rede viária concelhia.

Posto à votação, o documento das Grandes Opções do Plano foi aprovado com uma abstenção. Também a 3ª revisão do Orçamento foi aprovado com uma abstenção.

Ponto 3 – Consolidação das contas da Câmara;

Sobre a Consolidação das Contas da Câmara o senhor Presidente do Executivo explicou o porquê de só agora estar a ser feita a apresentação do relatório e leu os quatro primeiros parágrafos. Por sua vez, o senhor Presidente da Mesa leu o relatório do Revisor Oficial de Contas.

Posto à votação, o documento foi aprovado com uma abstenção.

Todos os documentos foram aprovados, em minuta, por unanimidade.

Ponto 4 – Comemorações do Feriado Municipal – Atribuição de Medalhas Honoríficas;

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia ausentou-se para se poder fazer a votação nominal de cada uma das personagens alvo da homenagem a efectuar no feriado Municipal. O senhor Presidente da Câmara fez a introdução do documento, e justificou a escolha dos cinco homenageados, a saber: Dr. José da Costa Reis, Professor Doutor Adriano Vasco Rodrigues, António José de Sousa Júnior, padre Ezequiel Augusto Marcos e padre Bernardo Terreiro do Nascimento.

Inscreveram-se, para intervir, os senhores José Monteiro Escaleira, Henrique Vilhena pereira da Silva, Domingos Lopes Cerqueira, António José Lourenço Correia Saraiva e Duarte Antero Almeida dos Santos e António Roque dos Reis Anselmo que foram unânimes nas felicitações ao Executivo, por esta iniciativa que, visando distinguir pessoas que contribuíram para o bem do Concelho, consideram justa e atempada, pois o reconhecimento do Valor e do Trabalho deve ser manifestado em vida. O senhor José Monteiro Escaleira lembrou uma proposta por ele apresentada para que também os funcionários da Câmara, com vinte e cinco anos de serviço, fossem homenageados. Por sua vez, os senhores António José Saraiva e José Guilherme Abranches referiram outros nomes, como o de José Clemente Pereira. O senhor Duarte Antero Almeida dos Santos lançou a ideia de que fossem colocadas, no Salão Nobre, fotografias de todos os presidentes, mesmo anteriores ao 25 de Abril, mas o senhor José Monteiro Escaleira lembrou que o Poder Local só foi instituído no Pós 25 de Abril.

Procedeu-se, em seguida, à votação uninominal que obteve os seguintes resultados:

José da Costa Reis: quarenta e dois votos a favor, dois votos contra, dois votos brancos e um voto nulo;

Adriano Vasco Rodrigues: quarenta votos a favor, dois votos contra, dois votos em branco e um voto nulo;

António José de Sousa Júnior: Trinta e seis votos a favor, dois votos contra, um voto branco e um voto nulo;

Padre Ezequiel: Trinta e oito votos a favor, três votos contra, três votos branco e um voto nulo:

Padre Bernardo Terreiro do Nascimento: trinta e oito votos a favor, quatro votos contra, dois votos brancos e um voto nulo.

A diferença entre os votos contados para cada homenageado deve-se ao facto de haver membros que entravam e saíam entre cada votação.

Ponto 5 - Tarifário e Informação da ERSAAR

O senhor Presidente da Câmara pediu a palavra para dizer ao senhor António José Correia Lourenço Saraiva que estava a mentir quando disse que a Câmara não cumpriu a lei e aconselhou-o a interpretá-la correctamente. Instou-o a que retirasse as acusações pois, de contrário procederia em sede judicial, ao que aquele respondeu que “o Município não cumpriu a lei, em pleno” e que não retirava uma vírgula ao que disse. O senhor Presidente esclareceu, ainda, que o documento da ERSAAR surgiu na sequência de uma queixa apresentada pelo senhor António José Vieira de Frias, enquanto utente. À pergunta sobre se a publicitação da informação foi feita nos lugares devidos, respondeu afirmativamente

Ponto 6 – “ Extensão de Saúde de Monteperobolso”

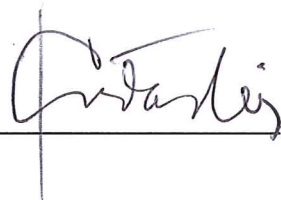
O senhor Presidente da Junta de Freguesia da Ade leu um documento que entregou na Mesa e eu foi aprovado por unanimidade.

O senhor Presidente do Município explicou que esteve numa reunião com o senhores doutor Girão e doutora Júlia mas nunca lhe foi dito que iriam encerrar os postos do Monteperobolso e da Miuzela; falaram-lhe dos problemas que havia com a internet, uma vez que os médicos passam a prescrever receitas electrónicas.

III – Período de intervenção destinado ao público, nos termos do artigo 19º, do Regimento da Assembleia Municipal.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão da qual se lavrou a presente acta que, depois de lida e aprovada vai ser assinada nos termos da Lei

O PRESIDENTE DA MESA



A 1ª SECRETÁRIA

